

RESIDÊNCIA JOVEM PARAÍBA: EMANCIPANDO JOVENS CAMPONESES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO

Danielson Soares de Lima e Jonieliton de Azevedo Marques

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de História
limadanielson@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Exatas e da Natureza – Departamento de Geociências
jonieliton.marques7@gmail.com

Resumo

A partir do incentivo à intensificação da industrialização, o nosso país sofreu um forte processo de urbanização. Desse modo, o campo passou a ser visto como um lugar de atraso; e a cidade, como um espaço moderno e avançado. Neste sentido, os componentes curriculares e conteúdos são predominantemente de abordagem urbana, praticamente excluindo dos conteúdos as vivências e a cultura dos homens e mulheres do campo. Neste cenário, o sistema educacional vigente pratica uma exclusão política e territorial preterindo o meio rural e apresenta meio urbano como um lugar mais atrativo para viver. Para contrapor esse modelo educacional e oferecer uma alternativa de visão, nasce o programa Residência Jovem – Fortalecimento da Juventude Rural, através da chamada do edital n.19/2014, do CNPq, com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação-MTCTI, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/INCRA e Secretaria Nacional de Juventude. Sendo operacionalizado pelo CNPq, a chamada tinha por objetivo selecionar propostas de apoio financeiro que visavam à capacitação profissional, tecnológica e inovadora de jovens de 15 a 29 anos, estudantes de nível médio, e apresentava a pretensão de contribuir consideravelmente com assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais. O Residência Jovem Paraíba surgiu de propostas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e dos Departamentos de História e Agricultura, com os projetos de extensão “Formação sociohistórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido Paraibano” e “JUVENTUDE RURAL: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da Mata e Brejo Paraibano”. O Residência Jovem Paraíba foi estruturado como curso de nível Pós-médio para jovens de 15 a 29 anos. O curso foi realizado no Centro de Formação Elizabeth João Pedro Teixeira, em Lagoa Seca, com os parceiros: Instituto Nacional do Semiárido – INSA, Via Campesina e ASPTA. Os objetivos do curso de extensão foi contribuir com a formação humana dos jovens do campo, sendo assim, formando-os com consciência crítica e contextualizada sobre o Brasil e o meio em que vivem, desta forma, desenvolvendo técnicas e tecnologias renováveis para a convivência harmoniosa com o meio rural e prática camponesas, com princípios da Educação Popular, do Educação do Campo e da Agroecologia.

Palavras chave: Consciência crítica, Residência Jovem, Educação Popular, Educação do Campo, Agroecologia.

Introdução

A população brasileira contava, em 1960, com 70.070.457 habitantes, sendo que 38.767.423 habitantes, viviam na zona rural. Na Paraíba, a população era de 2.018.023 habitantes dos quais 1.309.972 (IBGE/2010) habitantes residiam no campo. Neste sentido, a partir da década de 1960, com a instalação de governos militares que se sucederam no Brasil, foi implantada uma política de Estado de industrialização. Para viabilizar essa política era necessário urbanizar o país, para que as fábricas se instalassem e atraíssem o povo que vivia no campo para morar na cidade e servir como mão de obra nas atividades, esvaziando assim o meio rural. Como consequência, em 1970 o Brasil chegou a contar com 93.139.037 habitantes, com 44% deste total vivendo na zona rural. Foi nesse período que a maior parte da população brasileira passou a residir no espaço urbano. Desde então, houve um esvaziamento acentuado do meio rural, como Camarano e Abramovay (1999) destaca:

Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 70 migraram nessa década. O fluxo que deixou o campo nos anos 80 também foi expressivo: 1/3 de todos os que viviam no meio rural em 1980 dali saiu durante o período, o que representou aproximadamente 13 milhões de pessoas. (p.8)

De acordo com fontes oficiais, na Paraíba, só em 1980 que o número de habitantes da zona urbana supera o da zona rural. Desse modo, a Paraíba tinha um total de 2.810.032 habitantes, sendo que 1.479.705 (IBGE/2010) habitantes residiam na zona urbana. Com o chamado êxodo rural, ocorreu uma série de problemas estruturais do território, como a concentração urbana e o detrimento e desvalorização do espaço do campo. Nesse bojo, o sistema educacional brasileiro adotado foi sendo implementado para que os homens e mulheres atendessem à lógica capitalista formulada, formando mão de obra para atender, principalmente, às fábricas e indústrias recém-instaladas. Esse sistema educacional perdura e predomina até os dias atuais.

O sistema educacional vigente muitas vezes aborda o campo como lugar de atraso e sem perspectiva de vida, assim os componentes curriculares acabam valorizando a vida e os hábitos das pessoas que vivem no meio urbano, excluindo os homens e mulheres do campo com suas realidades e culturas. A falta de conexão dos conteúdos com a vida dos jovens que vivem no meio rural acaba sendo um dos principais motivos para a desistência escolar. Neste sentido, Ribeiro (2013) expressa a ligação da educação com a lógica capitalista.

Nesta perspectiva, a educação assume uma função “retificadora” visando preparar as populações rurais para adaptarem-se ao processo de subordinação ao modo de produção capitalista, que assume contornos mais definidos, combinando a expulsão da terra com a formação de mão de obra para as indústrias nascentes. (p.166)

Para contrapor o sistema educacional vigente, que exclui camponeses e camponesas, os movimentos sociais do campo entraram na disputa por uma política pública de Educação do Campo, e, em 1998, através da portaria nº.10/98 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, no qual, em 2010 tornou-se uma política pública de educação pelo decreto n.º 7.352 de 04 de novembro, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os projetos de extensão “Formação sociohistórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido Paraibano” e “Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da Mata e Brejo Paraibano” nasceram de proposta lançada pela Universidade Federal da Paraíba – UPB para a chamada CNPq 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural com financiamento Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/INCRA e Secretaria Nacional de Juventude-SNJ e operacionalizado pelo CNPq. A chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico teve objetivo de fomentar projetos de qualificação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens entre 15 a 29 anos de idade, residentes em zonas rurais e executado por universidades públicas. Os projetos selecionados ficaram conhecidos como Residência Jovem.

O projeto foi realizado pela Universidade Federal da Paraíba e com os parceiros Instituto Nacional do Semiárido – INSA, Via Campesina e ASPTA. O curso foi construído como nível Pós-médio, para jovens oriundos de assentamentos da Reforma Agrária, de áreas tradicionais e da agricultura familiar na Paraíba, na direção de compreender a dinâmica sócio histórica da sociedade brasileira, sobretudo, a vida do homem no campo e o acesso à terra, e, principalmente, habilitar os jovens a desenvolver técnicas e tecnologias inovadoras, sob o princípio da agroecologia para uma vivência harmoniosa com o campo.

Propositalmente, as turmas dos dois cursos foram unidas para, assim, tornar as trocas de experiências mais ricas, reforçando as especificidades de cada região com cada turma. Nas primeiras turmas foram formadas 55 jovens, sendo 30 do curso extensão Formação sociohistórica de jovens camponeses para inovação tecnológica no Semiárido Paraibano e 25 jovens do curso de extensão Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da Mata e Brejo Paraibano. Na segunda turma foram certificados 23 jovens do curso extensão Formação sociohistórica de jovens camponeses para



inovação tecnológica no Semiárido Paraibano, e, 25 jovens do curso de extensão Juventude Rural: fortalecendo a inclusão produtiva na zona da Mata e Brejo Paraibano. As primeiras turmas tiveram início no mês de fevereiro de 2015 e terminaram em abril de 2016, foi quando, iniciaram as duas últimas turmas que tiveram as atividades encerradas em março de 2017. Os cursos foram realizados Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira/MST-PB, localizado no município de Lagoa Seca – PB.

Metodologia

A proposta pedagógica dos cursos de extensão era proporcionar aos jovens uma leitura crítica e contextualizada sobre a realidade do campo, concentração de terra e lutas pela/por terra, como também capacitando-os a desenvolverem técnicas e tecnologias renováveis para uma vivência harmoniosa com o campo. Os componentes curriculares e conteúdos inseriram os homens e mulheres que vivem no campo com suas culturas e práticas agropecuárias, usando os princípios da Educação do Popular/Campo e agroecológico, assim, foram realizadas aulas teóricas e práticas dentro do espaço da escola, como também houve experiências de vivências interativas entre educando, educador e produtor rural fora da escola. A atuação do curso foi na produção do conhecimento científico, principalmente, dando ênfase na convivência de práticas, métodos, técnicas e tecnologias para a produção agropecuária e atuação com a terra utilizando os princípios agroecológico, da Educação Popular e Educação do Campo. No final curso de extensão os jovens estavam aptos a atuarem na assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

A metodologia pedagógica utilizada no processo de ensino-aprendizagem foi o da alternância, com tempos e espaços baseado na Pedagogia da Alternância, utilizando assim alguns elementos pedagógicos das escolas agrícolas com princípios da Educação Popular e Educação do Campo. Neste sentido, o conhecimento empírico dialogava diretamente com o conhecimento científico dentro da escola e nos assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais onde os educandos viviam.

A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio sócio profissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Por isso, além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida

associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico. (Gimonet, 1999, p.3)

Na Pedagogia da Alternância o conhecimento não está ligado apenas ao conhecimento científico, os conhecimentos históricos/empíricos da família, comunidade, assentamento, associações e sindicatos é de suma relevância para a construção do saber do educando.

Na Pedagogia da Alternância a ação educativa não está vinculada à mera comunicação dos conhecimentos, atos que exigem somente compreensão e memorização, mas, sobretudo, proporciona a operacionalização de pesquisas e experimentações práticas e considera a experiência do cotidiano a matéria prima para uma aprendizagem dinâmica, contextualizada e interessante. Busca-se a construção do conhecimento a partir do conhecimento empírico do meio rural. (BEGNAMI, s/d)

Os períodos letivos foram organizados em Tempo Escola – TE e Tempo Comunidade – TC. Neste sentido, o TE não ficava restrito as aulas teóricas dentro da sala, houve aulas práticas de campo e intercâmbios interativos com agricultores da região para compartilhar técnicas e tecnologias que foram utilizados nas comunidades rurais dos educandos.

A relação entre Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) é uma forma de afirmar a escola como espaço de formação conectada com a comunidade e com a organização coletiva e luta social, seja na relação com a base acampada e assentada, seja pela participação nas lutas nacionais e internacionais dos trabalhadores. É essa materialidade que nos permite/exige ir além da escolarização e de formação técnica. (Caldart, 2013, p.139)

A cada período letivo os educandos foram divididos em Núcleos de Base – NB para facilitar a gestão democrática e dividir os serviços que eram feitos por eles, pois a escola não era um espaço apenas de estudos e aulas, mas de tempos educativos. Sobre a importância dos educativos Caldart (2013) expressa:

O tempo na formação é uma dimensão muito importante. Saber organizá-lo de modo racional, ter o controle possível sobre ele e conseguir combinar tempos coletivos e tempos pessoais faz parte da capacitação e organização pretendidas pela nossa escola. A vivência cotidiana de diferentes tempos educativos “muda a existência dos educandos” especialmente pela alteração como lidam com o tempo cronológico enquanto camponeses, “criando uma nova abertura para o questionamento e a busca de uma nova síntese”. (p. 163)

É neste sentido, que a escola se preocupava com a formação humana de cada indivíduo que por ela passou. Lima e Marques (2017) destacam os tempos educativos em:

Tempo de Aula: período diário dedicado aos estudos dos componentes curriculares desenvolvidos pela Coordenação Política Pedagógica – CPP.

Tempo de Trabalho: reservado para os educandos cuidarem do ambiente escolar, ou seja, cuidarem dos ambientes coletivos que eles mesmos usam.

Tempo de Leitura: é o tempo diário dedicado a leitura coletiva, no qual, os educandos fazem a leitura em grupo. Esse tempo é organizado a partir dos conteúdos programados e da necessidade dos professores que irão ministrar as aulas.

Tempo do Núcleo de Base: é o tempo reservado para participação política e democrática dos educandos, sobre os assuntos ligados à escola e da organização dos NB para o dia seguinte.

Tempo Cultural: destinado à socialização da turma com elementos culturais (músicas, danças e místicas). (p.6)

O TC era continuação de cada período letivo. Era o momento em que os educandos levavam para os assentamentos e as comunidades o que eles aprenderam no TE, e, tinha que pôr em prática com os camponeses, e sobretudo, os jovens das comunidades, confrontando o conhecimento empírico com o científico e vice-versa. No decorrer do TC eram feitas visitas nas comunidades e assentamentos pela Coordenação Política Pedagógica – CPP, no qual avaliavam se os educandos estavam aplicando os conhecimentos na comunidade em forma de projetos desenvolvidos com agricultores e jovens moradores dos assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

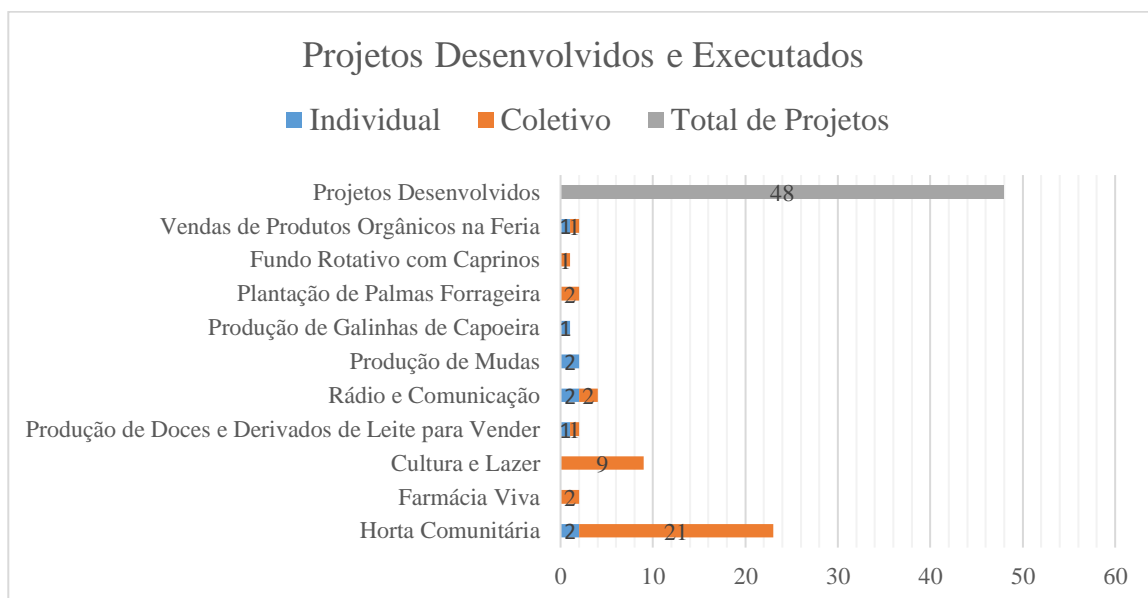
Para viabilizar as visitas e avaliações eram usados alguns elementos pedagógicos específicos. Laurenti e Lima (2016) descrevem os instrumentos:

- Caderno didático para anotações de aulas teóricas, práticas e de campo durante o Tempo Escola;
- Caderno de campo onde o educando registra suas atividades do Tempo Comunidade, tanto as orientadas em cada etapa do Tempo Escola, quanto atividades de seu projeto e outras correlatas aos temas trabalhados e/ou pesquisados. O Caderno de Campo é um dos instrumentos de avaliação do processo educativo de cada educando;
- Experiências vividas na família, na comunidade e intercâmbios (registradas no Caderno de Campo e também com fotos e filmagens), orientadas e comprovadas pelas visitas da Coordenação Político Pedagógica nos Tempos Comunidade;
- Projeto de Conclusão de Curso elaborado desde a primeira etapa do Tempo Escola, vai sendo aprimorado enquanto escrita do projeto e implementadas suas ações conforme cronograma;
- Avaliação dos educandos é processual. Os educandos também fazem avaliação do curso, dos educadores, da infraestrutura, dos conteúdos, das atividades e da equipe pedagógica a cada Tempo Escola, subsidiando à Coordenação Político Pedagógica os ajustes necessários. (p.5)

Em todos os períodos letivos do curso, os educandos foram incentivados com atividades a saberem e se apoderarem de conhecimentos sobre a comunidade em que viviam. Para isso realizaram exercícios para saber a história de sua família e a luta pela terra (se houve), foi uma atividade de sua importância para situarem os educandos a realidade em que viviam. Os jovens também foram estimulados a procurar conhecer as potencialidades da comunidade em que viviam e suas dificuldades para elaborarem projetos para desenvolver dentro da comunidade com a participação dos moradores.

Resultados

Nas duas turmas, dos dois cursos de extensão foram formados 103 jovens de 33 cidades da Paraíba: Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão. O curso foi realizado em parcerias com movimentos sociais do campo, sindicatos e instituições: MST, MAB, CASACO, CATEQUESE FAMILIAR, POLO DA BORBOREMA, MOVIMENTO QUILOMBOLA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. O curso estimulou os jovens a desenvolverem e executar projetos nos assentamentos e nas comunidades, e, com os moradores. Os projetos apresentados foram individuais¹ e coletivos².



¹ Realizado por um educando, mas com a participação da família e da comunidade.

² Realizado por dois ou mais educandos e com a participação da família e da comunidade.



O projeto de extensão estimulou os jovens a participarem dos espaços políticos da comunidade: movimentos, organizações sociais e sindicatos, pois mesmo sendo indicados por movimentos sociais e sindicatos poucos participavam dos mesmos, eram os familiares que faziam parte ou conhecidos próximos, assim, hoje, têm jovens dirigentes da Juventude do MST no sertão e no brejo. O curso extensão também os incentivou a ocuparem os espaços das universidades públicas, ou seja, estudarem, neste sentido, há jovens estudantes no curso de agroecologia na UEPB e UFPB, e, cursos técnicos habilitação em agropecuária e técnico em nutrição e dietética.

Discussão

O Residência Jovem surgiu como uma proposta educacional diferenciada da educação que está no sistema educacional vigente, que exclui os camponeses dos componentes curriculares e conteúdo dos livros didáticos, deixando os homens e mulheres do campo alheio as suas realidades. Sendo assim, o sistema educacional vigente está para formar um exército de mão de obra para as indústrias, no qual, trabalha o modo de produção do camponês como atrasado, Ribeiro (2013) fala das escolas no meio rural: “A escola rural só tem identificação devido ao lugar onde está situada, pois seus conteúdos, concepções e métodos são idênticos aos das escolas urbanas, na pressuposição de que as cidades significam o progresso e a civilização”. (p. 182)

A educação oferecida nas escolas rurais acaba alimentando essa ideia que o campo é atrasado, assim, cria estereótipos como, por exemplo, que só tem atrasados intelectualmente e tecnologicamente morando na zona rural e que a cidade é o lugar do moderno e do novo, e, outros preconceitos de que o campo é lugar de trabalho pesado sendo visto apenas como mercadoria e lugar de lucro. Neste sentido, intrinsecamente há uma disputa de território nos componentes curriculares e conteúdos.

Temos territórios materiais e imateriais. Os materiais são formados pelo espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro. A construção do território material é resultado da relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como pensamento, teoria e/ou ideologia. (FERNANDES, 2008)

Neste sentido, o Residência Jovem surge para disputar o espaço, ou melhor, para ocupar o espaço da escola no campo com um novo modelo educacional, que traz sentido para os jovens que vivem na zona rural. Nesta perspectiva, o Residência Jovem é um modelo educacional, com princípios da

Educação Popular, ou seja, método de ensino freiriano. Sobre Educação Popular Ribeiro (2013) enfatiza:

Nessa perspectiva, o que caracteriza a educação popular é que a mesma não se aplica às classes que detêm o poder econômico-político.

[...]

A educação popular tal como a compreendemos tem, portanto, um caráter de classe e é isso o que a distingue de um conceito abstrato de educação. (p.47)

Então, a Educação Popular foi o cerne do Residência Jovem, mas com um acréscimo muito importante que é o princípio da Educação do Campo. Mesmo Educação do Campo sendo um conceito ainda em construção, o seu princípio é não ter ligação com o poder econômico-político, e, sua origem tem raízes nos movimentos sociais do campo. Para este assunto o Dicionário de Educação do Campo (2012) traz:

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classes) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (p.257)

Nesta concepção, a práxis da Educação do Campo é norteada pela formação dos indivíduos que não sejam alheios a realidades em vive, e sobretudo, não está ligado ao Sistema Político-Econômico vigente. Assim, o Residência Jovem Paraíba atuou na formação dos jovens que participaram como educandos. O principal objetivo foi trabalhar com formação humana/educacional para uma convivência harmoniosa com a flora e fauna que está no meio rural, sendo assim, o Residência Jovem Paraíba atuou na revisão de novos e antigos conceitos e conhecimentos que permitiram aos jovens interdisciplinaridade teóricas e práticas do conhecimento.

Componentes Curriculares		
1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo
Identidade e Territorialidade	Formação do Campesinato no Semiárido	Manejo da Caatinga
Questão Agrária e Memória das Lutas Camponesas no Brasil	Elaboração de Projetos – Autonomia e Parcerias	Avicultura
Zoneamento Agroecológico e Sistema de Produção	Horticultura Agroecológica em Diversas Realidades	Caprinocultura
Vivência no Semiárido	Produção de Mudas	Suinocultura

		Preparação de Derivados de Carnes: Linguiça, Carne de Hambúrguer e Almondegas
		Preparação de Derivados de Leite: Queijos e Iogurte

O Residência Jovem formou os educandos usando como principal pilar os princípios da Educação Popular, da Educação do Campo e da Agroecologia. Desta forma, nos componentes curriculares foram inseridos a realidade dos homens e mulheres que vivem no campo. O curso formou os jovens com a pretensão de que eles não vissem o campo como atraso e como solução procurassem sair do campo em busca de novos horizontes. Assim, formou os jovens com consciência crítica e contextualizada sobre o campo e desenvolvendo técnicas e tecnologias para os jovens construir novos horizontes no meio em que vivem.

Considerações Finais

O curso conseguiu realizar práticas de vivências interativas entre docentes, educandos e produtores rurais no processo de desenvolvimento de técnicas e tecnologias científicas para viver no campo. Neste sentido, a formação sócio histórica com desenvolvimento de técnicas e tecnologias nestes cursos de extensão teve uma intencionalidade específica. Foi pensado nos jovens que viviam no campo, mas vinham o campo como atraso, e, assim buscavam meios de sair do campo e irem morar na cidade. A educação aplicada no Residência Jovem Paraíba foi desfazer esses estereótipos, e, considerando as perguntas educação para quê e quem?. Assim, formou jovens com leitura crítica e contextualizada sobre o campo, levando a juventude do campo a verem o espaço que vivem como como um lugar em que há condições de viver com dignidade. Os jovens também foram habilitados com técnicas e tecnologias sustentáveis da agropecuária na região em que vivem, assim, podendo auxiliar os moradores de assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, João Batista. **Instrumentos Pedagógicos da Alternância**. Disponível em <http://unefab.org.br/home/eixostema.htm>. UNEFAB: s/d.

CALDART, Roseli Salete, **Escola em Movimento: Instituto de Educação Josué de Castro**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 788p.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (org). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra; MDA, 2008. Vol. 7 (NEAD Especial)

IBGE – **Sinopse do Senso Demográfico Brasil, 2010**.
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>

GIMONET, Jean Claude. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas Familiares Rurais de Educação e Orientação**. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999.

LAURENTI, Ana Lúcia; LIMA, Danielson Soares. **Residência jovem no semiárido paraibano: produzindo conhecimento e disputando o território da educação**. In: Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, 1., 2016. **Anais...** Campina Grande: CONIDIS, 2016.

LIMA, Danielson Soares; MARQUES, Jonieliton de Azevedo. **Residência jovem no semiárido paraibano: participando do processo de formação humana e tecnológica dos jovens camponeses**. In: II Semana de História: Ensino, Democracia e Resistência, 2., 2017... Guarabira: UEPB, 2017.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2013. 456p